

1. OBJETIVO

O caderno de encargos tem por objetivo orientar as condições básicas das obras contratadas pela Câmara Municipal de São José do Vale do Rio Preto RJ.

2. FINALIDADE DA OBRA

Execução de obra para instalação elevador da **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**, Rua Antonio Coelho Guerra, Centro em São José do Vale do Rio Preto, R.J.

3. PRAZO

O prazo para execução dos serviços é de **03 (três)** meses.

ESPECIFICAÇÕES GERAIS PARA A OBRA.

I) DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- 1) Compete a CÂMARA MUNICIPAL DE S.J.V.R.P. a supervisão e a fiscalização das obras contratadas com terceiros.
- 2) Estas especificações serão parte integrante, junto com o contrato.

II) RESPONSABILIDADE E GARANTIA:

- 1) Não poderá em hipótese alguma, ser alegado como justificativa ou defesa, por qualquer elemento da firma encarregada da execução das obras, desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato, projetos, normas, especificações técnicas.
- 2) A Empreiteira deverá aceitar integralmente todos os métodos de processos de inspeção, verificação, controle, ensaio e medição adotados pela Fiscalização em todo e qualquer serviço ou operação referente à obra.
- 3) Ficam reservados a Fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou não previstos no Contrato, nestas especificações, no projeto básico e em tudo mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar direta ou indiretamente com a obra em questão. Em caso de dúvida a Fiscalização submeterá à instância superior.

4) A existência da Fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Empreiteira no que concerne à obra contratada e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o Contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

5) A Empreiteira assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com o Caderno de Encargos, instruções e demais documentos técnicos fornecidos, responsabilizando-se também pelos danos decorrentes da má execução desses trabalhos.

6) Fica estabelecido que a realização pelo empreiteiro, de qualquer elemento ou seção de serviços implicará a tácita aceitação e ratificação por parte dele, dos materiais, processos e dispositivos adotados e preconizados no Caderno de Encargos para execução desse elemento ou seção de serviço.

III) LICENÇAS E FRANQUIAS:

1) O Empreiteiro é obrigado a obter todas as licenças, aprovações e franquias necessárias aos serviços que contratar, pagando os emolumentos prescritos por lei e observando as leis, regulamentos e posturas referentes à obra e a segurança pública, bem assim atender ao pagamento do seguro de pessoal, despesas decorrentes das leis trabalhistas e impostos, de consumo d'água, luz, força, que digam diretamente respeito a obra e serviço contratado. É obrigado, outrossim, ao cumprimento de quaisquer formalidades e ao pagamento, a sua custa, das multas porventura impostas pelas autoridades.

2) O pagamento de licenças, taxas, impostos, emolumentos, multas e demais tributos que incidem ou venham a incidir sobre a obra e o pessoal dela incumbido, nisso incluídos os encargos sociais, são de inteira responsabilidade da Empreiteira.

IV) SEGUROS E ACIDENTES:

1) Correrá por conta exclusiva do Empreiteiro a responsabilidade de quaisquer acidentes no trabalho de execução da obra e serviço contratado, uso indevido de patentes registradas e ainda que resultem de caso fortuito e por qualquer causa, a destruição ou danificação da obra em construção até a definitiva aceitação da mesma pela Contratante, bem como as indenizações que possam vir ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorrida na via pública.

V) PRAZO GLOBAL:

- 1) O Empreiteiro executará toda a obra e serviços convencionados dentro do prazo fixado, obrigando-se a entregar ao cabo deste Prazo Global, ditos os serviços e obras inteiramente concluídos e com as licenças de habilitação e outras por ventura exigíveis pelas autoridades competentes.
- 2) O prazo da obra é improrrogável, **(03 meses)**, ressalvado os motivos de força maior independentes da vontade da Empreiteira. Os motivos de força maior que possam justificar suspensão de contagem do prazo serão considerados pela Fiscalização quando apresentados na ocasião das ocorrências anormais.
- 3) Pelo simples inadimplemento do Prazo Global, ficará o Empreiteiro sujeito à multa conforme Contrato lavrado entre as partes.
- 4) O Empreiteiro, entretanto, não incorrerá na mencionada multa durante as prorrogações compensatórias do Prazo Global concedida pela CÂMARA MUNICIPAL DE S.J.V.R.P.

VI) PRAZOS PARCIAIS E CRONOGRAMA:

- 1) O desenvolvimento dos serviços e obras contratados obedecerá a um ritmo que satisfaça perfeitamente ao Cronograma inicial, documento que integrará o Contrato para os efeitos legais.
- 2) O Cronograma inicial conterá necessariamente, uma tabela de Prazos Parciais, em número estabelecido de acordo com os serviços a serem realizados e terá vinculação com as prestações constantes da Forma de Pagamento acordada entre as partes.
- 3) O grau de adiantamento, ou estágios sucessivos dos trabalhos, que cumprirá satisfazer, ou ultrapassar, em cada Prazo Parcial, deverá ficar perfeitamente caracterizado no Cronograma - quer por etapas típicas da obra, quer por quantidades certas de serviços - para permitir sua fácil verificação.

VII) RESCISÃO:

- 1) O não cumprimento de qualquer cláusula ou simples condição do Contrato de Empreitada poderá importar na sua rescisão, a critério da parte não inadimplente. Todavia fica estabelecido que a Contratante, a seu critério, poderá considerar rescindido o Contrato, independentemente de qualquer aviso extrajudicial ou interpelação judicial, nos seguintes casos:

- a) Se o Empreiteiro impetrar concordata preventiva, tiver decretado sua falência dissolver-se ou extinguir-se.
- b) Quando for evidenciada a incapacidade técnica ou a inidoneidade do Empreiteiro.
- c) Se o Empreiteiro recusar a receber qualquer Ordem de Serviço para melhor execução dos trabalhos, insistindo em fazê-los com imperícia ou desleixo.
- d) Se o Empreiteiro ceder o Contrato, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da Contratante.
- e) Se o Empreiteiro interromper os trabalhos sem motivo justificado, por mais de 10 dias consecutivos.

VIII) INÍCIO DOS SERVIÇOS:

1) Nada havendo em contrário, a Empreiteira deverá dar início aos serviços e obras dentro do prazo de 10 (dez) dias a contar da data da Ordem de Início de Serviços expedida pela C.M.S.J.V.R.P., contudo, se a Empreiteira, por qualquer motivo, der início às tarefas correspondentes a obra, antes do recebimento daquele documento, o fará por conta própria, responsabilidade e risco, ficando sujeita a todas as suas obrigações e demais responsabilidades, como se recebido tivesse a referida ordem.

IX) ORDENS DE SERVIÇOS:

- 1) Todas as Ordens de Serviço ou Comunicação da Fiscalização ou da Contratante, e vice-versa, serão transmitidas por escrito e só assim produzirão seus efeitos.
- 2) Imediatamente após o início das obras, a Empreiteira deverá executar os trabalhos e conduzi-los de forma contínua e regular, dentro do cronograma estabelecido.

X) ORIENTAÇÃO GERAL E FISCALIZAÇÃO:

1) A Contratante manterá na obra técnicos e propostos seus, convenientemente credenciados junto ao Empreiteiro daqui por diante designados sempre como Fiscalização, com autoridade para exercer, em nome da Contratante, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização das obras e serviços de construção.

- 2) O Empreiteiro é obrigado a facilitar meticulosa fiscalização dos materiais e execução da obra e serviços contratados, facultando à Fiscalização o acesso a todas as partes das obras.
- 3) A Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão da obra e serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeito o Empreiteiro sem que este tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48 horas, a contar da entrega da Ordem de Serviço correspondente, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado ou material posto na obra.
- 4) O Empreiteiro é obrigado a retirar da obra, imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da Fiscalização, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.
- 5) Os serviços a cargo de diferentes firmas contratadas serão articulados entre si de modo a proporcionar o andamento mais harmonioso da obra em seu conjunto.
- 6) A Fiscalização poderá exigir que sejam adotadas normas especiais ou suplementares de trabalho, não previstas nestas especificações, mais úteis, a seu juízo, à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra.
- 7) A condução geral da obra, de parte da Empreiteira, ficará a cargo de um Engenheiro/Arquiteto Residente, devida e obrigatoriamente registrado no CREA / CAU e com prática comprovada em serviços idênticos àqueles a que se referem à obra a ser executada.
- 8) Durante todo o tempo de execução dos serviços, a Empreiteira deverá manter um representante autorizado no canteiro da obra. Quaisquer ordens ou comunicações da Fiscalização ao seu representante autorizado será considerada como tendo sido enviadas diretamente à Empreiteira.
- 9) O quadro de pessoal da Empreiteira empregado na obra deverá ser constituído de elementos competentes, hábeis, capazes e disciplinado, podendo a Fiscalização julgar sua permanência ou não no canteiro de obras.
- 10) Os trabalhos que forem rejeitados pela Fiscalização deverão ser refeitos pela empreiteira, sem ônus pela C.M.S.J.V.R.P.
- 11) No escritório da obra deverá ser mantido um diário da obra onde serão registrados os serviços realizados, a mão-de-obra alocada, ocorrência de chuvas, indicações técnicas, alterações na execução dos serviços e demais fatos pertinentes à obra.

12) A Fiscalização terá plena autoridade para suspender por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivos técnicos de segurança, disciplinares ou outros. Neste caso os serviços só poderão ser reiniciados por nova ordem da Fiscalização.

13) A Empreiteira deverá cooperar de modo a facilitar ao máximo o livre trânsito de veículos e pedestres. Sempre que necessário a critério da fiscalização deverá deixar passagem livre e protegida para os pedestres.

XI) ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA:

1) Para perfeita execução e completo acabamento da obra e serviços referidos no Caderno de Encargos, o Empreiteiro se obriga, sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária ao andamento conveniente dos trabalhos.

XII) MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS:

1) Para a obra e serviços que forem ajustados, caberá ao Empreiteiro fornecer e conservar equipamento mecânico e ferramental necessário; aliciar mão-de-obra idônea, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres e encarregados que assegure progresso satisfatório à obra; e adquirir materiais em quantidade necessária à conclusão da obra no prazo fixado, conforme adiante referido.

XIII) SUBEMPREITADA:

1) O Empreiteiro não poderá subempreitar a obra e serviços contratados, salvo quanto a itens que por sua especialização requeiram o emprego de firmas ou profissionais especialmente habilitados, o que será objeto de comum acordo entre a Fiscalização e a Contratante.

2) Qualquer Subempreiteira de serviços especializados deverá ser previamente aceita pela Fiscalização à qual será dirigido o pedido de consentimento, acompanhado do nome da subempreiteira e da relação de serviços executados, não excluindo a responsabilidade única exclusiva e integral da Empreiteira.

3) A contratação de subempreiteiros, não exime o Empreiteiro da integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços realizados.

4) Os danos causados pelos Subempreiteiros à Contratante e/ou a terceiros não exoneram o Empreiteiro da responsabilidade solidária pelo evento, pois, perante o

prejudicado, tanto faz que os danos tenham sido causados por aqueles ou pelo Empreiteiro.

5) Os Subempreiteiros contratados pelo Empreiteiro terão características de Subempreiteiros autônomos, com condição econômico-financeira suficiente para descaracterizar a condição de empregado. Trata-se de medida cautelar, visando resguardar a Contratante de possíveis consequências que uma ação trabalhista poderia acarretar.

XIV) RECEBIMENTO PROVISÓRIO:

1) Quando a obra e serviços contratados ficarem inteiramente concluídos, de perfeito acordo com o Contrato, será lavrado um Termo de Recebimento Provisório, que será passado em três vias de igual teor, todas assinadas por um representante da Contratante e do Empreiteiro.

2) As duas primeiras vias ficarão em poder da Contratante, destinando-se a terceira à Empreiteira.

3) O Recebimento Provisório só poderá ocorrer após terem sido realizadas todas as medições e apropriações referentes a acréscimos e modificações e apresentadas às faturas correspondentes a pagamentos extraordinários.

XV) RECEBIMENTO DEFINITIVO:

1) O Termo de Recebimento Definitivo da Obra e Serviços contratados será lavrado **30** (trinta) dias após o recebimento provisório e se tiverem sido satisfeitas as seguintes condições:

a) Atendidas todas as reclamações da Fiscalização, referentes a defeitos ou imperfeições que tenham sido verificados em qualquer elemento das obras e serviços executados.

b) Solucionadas todas as reclamações por ventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na edificação.

c) Terminada a obra, caso haja modificação na execução da mesma, a Empreiteira deverá apresentar à fiscalização, antes do pedido de aceitação da obra, plantas, perfis e detalhes de execução do projeto. Os projetos serão entregues com "AS BUILT" cópia em arquivo digital para serem anexadas ao processo licitatório como documentos.

XVI) PROJETO:

- 1) A obra deve obedecer rigorosamente às plantas, desenhos e detalhes do Projeto Básico elaborado pela C.M.S.J.V.R.P.
- 2) A Empreiteira não poderá executar qualquer serviço que não seja projetado, especificado, orçado e autorizado pela C.M.S.J.V.R.P. salvo os eventuais de emergência, necessários a estabilidade e segurança da obra ou do pessoal encarregado da mesma.
- 3) A empreiteira deverá manter no canteiro de trabalho em bom estado, tantos jogos de plantas quantos forem necessários para os serviços da obra.
- 4) Todos os aspectos particulares do projeto, os omissos e ainda os de obras complementares não considerados no projeto, serão em ocasião oportuna especificado e detalhado pela fiscalização.

XVII) DA SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO:

- 1) A Empreiteira observará as normas do Ministério do Trabalho que determinará obrigações no campo de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.
- 2) A Empreiteira será a responsável quanto ao uso obrigatório e correto pelos operários, dos equipamentos de proteção individual inclusive de Subempreiteiros.
- 3) A Empreiteira será a responsável quanto ao uso obrigatório e correto no canteiro de obra, dos equipamentos de proteção coletiva.
- 4) Toda a obra deverá ter sinalização e proteção para pedestres, sendo de responsabilidade da Contratada a segurança do pessoal da obra bem como qualquer prejuízo causado a terceiros ou a municipalidade.
- 5) A empreiteira deverá manter todos os seus funcionários vestidos adequadamente para o serviço a serem executados.

XVIII) DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 1) Todos os quantitativos apresentados na planilha elaborada pela C.M.S.J.V.R.P. são ESTIMATIVOS, devendo ser confirmados quando da visita das firmas ao local da obra, não podendo em hipótese alguma ser alegado como justificativa ou defesa para aditivos, desconhecimento, incompreensão ou dúvidas.
- 2) Caso a Fiscalização necessite de serviços fora do horário habitual à empreiteira não poderá cobrar adicionais por tais serviços.

IX) CRITÉRIO DE MEDIÇÕES E PAGAMENTOS:

- 1) Todas as solicitações de pagamento deverão ser acompanhadas de relatório fotográfico, do período a que se refere a medição.
- 2) Todos os serviços pretendidos na medição devem ser previamente apropriados pela fiscalização da obra.
- 3) Todas as solicitações de pagamentos deverão ser acompanhadas de planilha de medições.

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS.

I) INSTALAÇÕES DAS OBRAS:

- 1) Deverão ser efetuadas:
 - a) Placas de identificação de obras pública;
 - b) Placas de sinalização preventiva;
 - c) Equipamentos e ferragens.
- 2) O empreiteiro mandará executar placas relativas à obra de acordo com desenhos e padrões aprovados pela C.M.S.J.V.R.P.
- 3) A Fiscalização determinará o local onde será colocada a placa.
- 4) Após a conclusão dos serviços deverão ser removidos dos locais todos os materiais, equipamentos e quaisquer detritos provenientes da obra, inclusive placas.

II) SERVIÇOS COMPLEMENTARES:

- 1) Na execução da obra, deverão ser tomadas medidas adequadas para proteção contra danos às propriedades vizinhas, aos transeuntes e aos próprios operários.
- 2) Pisos, esquadrias, vidros, louças, metais e demais aparelhos deverão ser entregues limpos e em perfeito estado de funcionamento.
- 3) O prédio deverá ser dotado com a placa de inauguração.

III) LOCAÇÃO DA OBRA:

- 1) O Empreiteiro procederá a locação da obra de acordo com a planta.
- 2) O Empreiteiro procederá à aferição das dimensões, dos alinhamentos, dos ângulos e de quaisquer outras indicações constantes do projeto básico com as reais condições encontradas no local.
- 3) Havendo discrepância entre as reais condições existentes no local e os elementos do projeto básico, a ocorrência será objeto de comunicação, por escrito, a Fiscalização, a quem competirá deliberar a respeito.
- 4) A ocorrência de erro na locação da obra projetada implicará, para o Empreiteiro, a obrigação de proceder - por sua conta e nos prazos estipulados - às modificações, demolições e reposições que se tornarem necessárias, a juízo da Fiscalização, ficando, além disso, sujeito às sanções, multas e penalidades aplicáveis em cada caso particular, de acordo com o Contrato e o presente Caderno de Encargos.

IV) TRANSPORTE:

- 1) Ficam a cargo da Empreiteira as despesas com os transportes decorrentes da execução dos serviços de demolição e remoção da cobertura existente;
- 2) Os materiais excedentes, resultantes dos serviços serão removidos para local adequado.

V) ESTRUTURA:

- 1) A empreiteira deverá executar escavações necessárias para a construção da caixa do elevador.
- 2) A empreiteira deverá executar vigas em concreto armado no perímetro da caixa do elevador a cada 1,50m para fixação da ferragem do elevador.
- 3) A empreiteira deverá executar laje em concreto armado no topo da caixa do elevador para sustentação do elevador.

VI) ALVENARIA:

- 1) Alvenaria em bloco de concreto para construção da caixa de elevador.

VII) REVESTIMENTOS DE PAREDES, PISOS E TETOS:

As paredes executadas em blocos de concreto e laje receberão acabamento em chapisco, emboço, na parte externa e posterior aplicação de massa corrida e pintura PVA.

1) CHAPISCO:

1.1) Toda alvenaria e peças estruturais receberão chapisco.

1.2) As superfícies destinadas a receber o chapisco, serão limpas a vassoura e abundantemente molhadas antes de receber a aplicação do chapisco que será executado no traço 1:3.

2) EMBOÇO:

2.1) Todas as alvenarias e tetos da caixa do elevador serão revestidos internamente com argamassa de cimento, cal, saibro e areia peneirada no traço 1:4:4:4.

2.2) Os emboços só serão iniciados após completa pega de argamassa de alvenarias e chapisco.

2.3) O emboço de cada pano de parede só será iniciado depois de embutidas todas as canalizações que por ele devem passar.

2.4) A espessura do emboço não deverá ultrapassar 20mm, acabamento camurçado

3) PISO EM GRANITO:

Deverá ser feito o piso em granito nas áreas de intervenção para colocação do elevador.

VIII) ESQUADRIAS:

ESQUADRIAS DE FERRO:

Deverá ser executado escada tipo marinho para acesso ao fosso do elevador.

IX) INSTALAÇÕES:

a) INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:

- 1) Será instalado novo quadro de luz para o elevador.
- 2) Será instalado três pontos de luz na caixa do elevador, a instalação deverá ser executada com tubulação embutida na estrutura e alvenaria e complementada com os acessórios usuais (espelhos, interruptores, etc.).

X) PINTURA:

- 1) Após os serviços de execução e instalação do elevador todas as paredes novas receberão pintura.

XI) ÍNDICE PARA CÁLCULO DO ISS

60% referente a fornecimento de material;
40% referente a fornecimento de mão de obra

XII) FORMA DE PAGAMENTO

Conforme cronograma físico-financeiro;

São José do Vale do Rio Preto, 06 de novembro de 2024.

Bruno Teles Neves
Eng. Civil CREA 2015105127